

Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade

Josiély Koerich¹

josielykoerich@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Neste artigo busco analisar as vivências das catarinenses Derlei Catarina de Luca e Raquel Felau Guisoni, ambas militantes da Ação Popular durante o período que estiveram na clandestinidade. Considerando que esta organização de esquerda recomendava a seus integrantes que não tivessem filhos, pretendo refletir sobre a experiência de Derlei e Raquel que optaram pela maternidade. Por meio de fontes orais e do livro autobiográfico *No corpo e na alma* procurarei perceber ainda o que esta escolha acarretou nas vivências e na militância dessas mulheres durante a clandestinidade.

Palavras-chave: Maternidade; Clandestinidade; Mulheres; Ação Popular.

ABSTRACT: This paper aims to examine the experiences of catarinenses Derlei Catarina Luca and Raquel Felau Guisoni, both activists of Ação Popular, during the period they were in hiding. Whereas this leftist organization recommended to its members that do not have children, I want to reflect on the experience Derlei and Raquel who chose motherhood. Through oral sources and autobiographical book *No corpo e na alma* seek further realize that this choice resulted in the experiences of these women and militancy during underground.

Keywords: Maternity; Underground; Women; Ação Popular.

O Brasil entre os anos de 1964 a 1985 foi marcado por uma Ditadura Militar, onde perseguições, desaparecimentos, mortes e torturas constituíram-se uma constante no período. Um regime forte destinado a conservar a ordem no país foi instituído sob o aval de setores da elite e da classe média, contando também com o apoio externo dos Estados Unidos. Como resistência, variadas e multifacetadas organizações de esquerda apareceram se propondo “[...]”

¹ Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.



a transformar a sociedade pela força do fuzil.”² Colocadas na ilegalidade pelo sistema repressor, a clandestinidade se tornou a única forma possível para essas organizações.

Na clandestinidade - homens e mulheres - militantes políticos de oposição à ditadura militar no Brasil, tiveram suas vidas transpassadas pela negação de si mesmos, onde a perda de identidades e de suas referências tornou-se algo comum, o que se justificava pelas ações dos repressores, que buscavam aniquilá-los, física e moralmente. Neste sentido, o estudo da clandestinidade vivenciada por esses militantes adquire extrema relevância, pois possibilita “[...] desvelar aspectos de uma experiência que atingiu inúmeros indivíduos, originando também memórias clandestinas, produzindo marcas atemporais trazidas por muitos desses indivíduos, marcas que permaneceram como lembrança, como silêncio ou como trauma.”³

Conhecer algumas das vivências e experiências perpassadas por mulheres durante a clandestinidade é o objetivo deste artigo. Centralizar-me-ei, para tanto, na análise da trajetória de duas mulheres catarinenses que participaram ativamente na militância política entre as décadas de 1960 e 1970, Derlei Catarina de Luca e Raquel Felau Guisoni. Com o auxílio de entrevistas realizadas⁴ e do livro autobiográfico *No corpo e na alma* escrito por Derlei, procurarei perceber como dentro da organização onde atuavam, a Ação Popular (AP), ambas, decidiram-se pela maternidade. Tendo em vista, porém, que os grupos de esquerda no período, especialmente a AP, recomendavam a seus integrantes que não tivessem filhos, buscarei compreender ainda o que esta escolha acarretou nas vivências e na militância dessas duas mulheres durante a clandestinidade.

² WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.138.

³ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade. In: *Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política*. 10. Recife, 2010, p. 3. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

⁴ Destaca-se que estas entrevistas foram realizadas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do acervo deste fazem parte.



Como suportes teóricos para esta análise utilizarei além das relações de gênero, a História Oral. Constituindo-se em entrevistas, esta se tem mostrado de grande relevância para o fazer historiográfico. Entrevistas são discursos, relatos autobiográficos tecidos pelos entrevistados imersos em subjetividades. Segundo Alessandro Portelli, “recordar e contar já é interpretar”⁵. Os sujeitos ao relatarem suas experiências relembram, esquecem, conferindo sentido ao dito e o não dito, dando significado a própria existência. Entretanto, a fonte oral, assim como os demais tipos de fontes, possui uma série de complexidades. Destarte, é necessário ter cuidado ao utilizá-las, não tomando as declarações como verdade absoluta, pois o sujeito que faz o relato é carregado de subjetividades⁶, e traz na memória, muitas vezes, apenas o que é interessante para si. Como salienta Ecléa Bosi em seu livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*:

lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, com as imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.⁷

A História Oral tem se mostrado um importante recurso para as investigações de vários campos acadêmicos. Alargando as possibilidades de análise, segundo Verena Alberti, ela “[...] permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ ampliando as possibilidades de interpretação do passado.”⁸ Dentre tais histórias estão as das mulheres. Para Silvia Salvatici:

o interesse pelas mulheres e o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário da pesquisa histórica e nele introduziram novos tópicos de

⁵ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996, p. 2.

⁶ SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. In: Associação Brasileira de História Oral. In: *História Oral*, vol.8, nº 1, Recife: CNPQ, 2005, p.163.

⁷ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 55.

⁸ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155.



investigação, tais como vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres. O objetivo político do movimento feminista era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção.⁹

Assim, neste artigo, buscarei inscrever as mulheres como sujeitos históricos, o que implica segundo Scott em “[...] uma redefinição e alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto às atividades públicas e políticas”¹⁰. Deste modo, procurarei dar ‘voz’ a essas mulheres que durante a ditadura foram mães e militantes na clandestinidade.

VIDAS CLANDESTINAS: MULHERES NA MILITÂNCIA POLÍTICA

As décadas de 1960 e 1970 foram palco de importantes transformações na sociedade brasileira. Marcada pela ditadura instaurada em 1964 que ocasionou mudanças significativas na vida de vários setores¹¹ - mas não de todos - da sociedade. Ambas as décadas constituíram-se ainda em um momento de expansão das universidades e especialmente de abertura dos estudos universitários às mulheres,¹² propiciando a estas um acesso ao nível superior nunca antes visto.¹³ Para Wolff “[...] cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia eram aceitos como viáveis para as mulheres e, por outro lado, pelo cunho político

⁹ SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. In: Associação Brasileira de História Oral. *História Oral*, vol.8, nº 1, Recife: CNPQ, 2005, p.31.

¹⁰ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez., 1990, p.6.

¹¹ Importante lembrar que a classe média (e mais intelectualizada) foi a mais atingida, enquanto muitas pessoas, especialmente as que viviam em regiões mais afastadas do eixo sul-sudeste (mas não só) não tiveram suas vidas tão atingidas.

¹² WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.146.

¹³ BRISTOT, Lídia Schneider. Um outro olhar sobre a Novembrada. In: *Revista Santa Catarina em História*, vol. 6, n. 1, Florianópolis, 2012, p. 54. Disponível em: < <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/644/230>>. Acesso em: 07 set. 2013.



de sua discussão disciplinar, eram muitas vezes focos de recrutamento para o movimento estudantil.”¹⁴

Este, segundo Lidia Schneider Bristot “[...] foi a porta de entrada do mundo político para muitas pessoas, principalmente as mulheres”¹⁵. A partir dele, muitas delas passaram a adentrar na militância política das organizações de esquerda. Com as duas mulheres aqui analisadas não foi diferente. Derlei Catarina de Luca, por exemplo, nascida na cidade catarinense de Içara no dia 17 de setembro de 1946, foi estudante de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde participou ativamente do Movimento Estudantil, sendo uma de suas dirigentes entre os anos de 67 e 68 na UFSC. Em sua atuação neste chegou a ser presa juntamente com outros treze estudantes da UFSC no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo. Por outro lado foi por meio do Movimento Estudantil que Derlei¹⁶ passou a integrar-se a Ação Popular (AP) em 1966.¹⁷

Já Raquel Felau Guisoni, nascida em Rio do Sul em 15 de março de 1941¹⁸, fez faculdade de Geografia e História em Curitiba, onde passou a entrar em contato com a Juventude Universitária Católica (JUC), participando ativamente do Movimento Estudantil e do Diretório Acadêmico, assim como dos encontros da UNE. Por meio do movimento estudantil e de sua atuação na JUC, ela esteve presente na Ação Popular desde o seu início, indo inclusive para Salvador em uma das reuniões¹⁹ realizadas para a criação da organização²⁰.

¹⁴ WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.146.

¹⁵ BRISTOT, Lidia Schneider. Um outro olhar sobre a Novembrada. In: *Revista Santa Catarina em História*, vol. 6, n. 1, Florianópolis, 2012, p. 54. Disponível em: < <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/644/230>>. Acesso em: 07 set. 2013

¹⁶ Atualmente Derlei é uma dos cinco membros em Santa Catarina da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV).

¹⁷ LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 27-32.

¹⁸ Raquel mudou-se aos nove anos de idade para o Paraná.

¹⁹ Marcelo Ridente afirma que “uma série de três reuniões constituiria a AP. A primeira, no início de 1962, aprovou o ‘Estatuto Ideológico’ da nova agremiação, que defendia o socialismo democrático e a revolução brasileira. Escolheu-se o nome provisório de Grupo de Ação Popular (GAP), logo abandonado, para a sigla não ser confundida com uma organização de extrema direita, o Grupo de Ação Patriótica. O nome e a sigla AP



A Ação Popular (AP) surgiu no ano de 1962, formada principalmente por pessoas provenientes da Juventude Universitária Católica (JUC). Conforme Ridente “entre 1966 e 1969, a AP logrou inserção, sobretudo, no meio estudantil, radicalizado naquele período. Dividia com outras correntes de esquerda, notadamente com as dissidências armadas do PCB, a direção do movimento dos estudantes”²¹.

O início do documento Base, apelidado de Dona Benta, texto que embasou a fundação da Ação Popular, escrito por Herbert Jose de Souza em 1962, reafirma que a organização é a “expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que nos é dado viver.”²²

A partir do documento acima é possível perceber como a juventude naquele momento se definia e era vista como portadora da mudança, da semente de uma nova sociedade, o que se demonstra na narrativa de Derlei: “éramos jovens, estávamos dispostos a dar a vida pelo nosso país. Acreditávamos no nosso potencial e na capacidade de mudar o rumo dos acontecimentos”²³.

Esta vontade de se inserir e de agir nos rumos da nação expressa também a decisão de Raquel e Derlei em assumir a militância nas organizações de esquerda, aqui particularmente na AP, participando ativamente na construção de uma nova história. Seus depoimentos demonstram que a opção pela militância foi um ato consciente em que buscavam não apenas a dissolução da ditadura, mas a construção de uma sociedade mais justa.

seriam assumidos na segunda reunião de fundação, em junho de 1962, em Belo Horizonte, com representação de 14 estados. Finalmente, em fevereiro de 1963, em Salvador, ocorreu a terceira reunião, a mais significativa na etapa de fundação, constituindo-se no I Congresso da AP, cujo nascimento alguns autores datam a partir daí.” RIDENTE, Marcelo. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*, p. 10.

Disponível em: < <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.

²⁰ GUISONI, Raquel Felau. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

²¹ RIDENTE, Marcelo. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*, p. 14. Disponível em: < <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.

²² LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 15.

²³ Idem, p. 23.



Deste modo, como ressalta Colling “adentrar no espaço público, político, e masculino por excelência foi o que fizeram essas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar.”²⁴ Cientes do que estas escolhas significavam e que estariam expostas às ações do sistema repressor (torturas, mortes, desaparecimentos, etc.), elas tiveram que se adaptar também as exigências das organizações. A AP, por exemplo, onde Derlei e Raquel militavam, vinculava-se a uma perspectiva da Teologia da Libertação que segundo Wolff:

[...] ao assumir a tese da guerra popular prolongada ligada a perspectiva maoísta²⁵, passou a enviar seus componentes para fábricas ou outras regiões rurais. Considerando que para as mulheres seria mais fácil viver nas cidades, a maioria dessas militantes deveria se engajar em fábricas como operárias. Já os homens deveriam ir para as regiões rurais no interior do país. Em ambos os casos, a missão era tanto pessoal quanto política: proletarizar-se, tornar-se verdadeiramente proletário, viver na carne, na fome, nas mãos calejadas, a ‘experiência’ de ser proletário. Ao mesmo tempo, esperava-se que exercessem nestes lugares o papel da vanguarda revolucionária.²⁶

Todavia, em dados casos, tendo em vista que a população rural compunha ainda em vários estados a maioria dos habitantes, era inevitável enviar algumas mulheres para o campo. Isto sucedeu com Raquel. Casada com Divo, outro militante da AP e, grávida de seis a sete meses, ambos, no ano de 1968, fizeram um levantamento do local onde poderiam se integrar. Conforme ela: “como eu e o Divo éramos de origem camponesa, achamos que o melhor lugar

²⁴ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p.10.

²⁵ O maoísmo defendendo a luta armada pela tomada do poder preconiza entre outras coisas a identificação com o camponês, tomado como autêntico representante do povo; a negação da modernização conservadora da sociedade, do rápido processo de industrialização e urbanização que oprimia o povo; o combate ao dinheiro e à fetichização impostos pelo mercado capitalista; o sacrifício pessoal do militante em nome da causa popular, etc. Em: RIDENTI, Marcelo. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*. p. 14. Disponível em: < <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.

²⁶ WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 141.



para se integrar era o campo.”²⁷ Assim, com o nascimento da filha, acabam por se integrar na região rural do Paraná de modo clandestino. Porém, devido a delações à polícia de que poderiam ser militantes de organizações de esquerda, permaneceram no local somente no período de um ano, posteriormente deslocando-se para a cidade de São Paulo.

Derlei, por sua vez, tendo entrado para a clandestinidade no dia 13 de dezembro de 1968 com a instauração do Ato Institucional nº 5, tem sua ação na cidade. Segundo ela:

A mim corresponde trabalhar em uma fábrica em Curitiba. Fazer o aprendizado de vida operária, aprender a ser como eles, usar as máquinas, ter registro na minha carteira profissional novinha com o nome Deise Campos. Aprendo a criar uma história, uma lenda, a estabelecer uma cobertura com dados coerentes.²⁸

Entrar para a clandestinidade ocasionou mudanças profundas nas vidas dos militantes das organizações de esquerda. Estes “trocam de nome, de documentos pessoais e alguns até mesmo de rosto; afastaram-se das famílias, amigos e profissão, deixaram suas casas, suas roupas e objetos.”²⁹

Rupturas subjetivas se fizeram igualmente presentes. Tendo que adotar codinomes na clandestinidade, tal fato produzia uma experiência assustadora de instabilidade pessoal pela ameaça de perda da própria identidade.³⁰ “Já nem sei mais quem sou. Derlei, Deisy, Maria, Leila, Margarida, Maria Luisa. Quando acordo, não sei o nome que estou usando.”³¹ Além das inúmeras dificuldades, como as ressaltadas por Divo, marido de Raquel, para explicar às duas filhas: “Oh, o nome aqui não é Divo, o nome aqui é João, aliás, aqui não é João, é Divo,

²⁷ GUISONI, Raquel Felau. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁸ LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 37.

²⁹ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. *Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade*. In: *Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política*. 10. Recife, 2010, p.7. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

³⁰ RAGO, Margareth. *Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 158.

³¹ LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 269.



porque na clandestinidade meu nome era João, minha mulher que é Raquel, era Maria o nome dela, aqui não somos João e Maria”³². Raquel, em suas narrativas relata também as sequelas deixadas pela clandestinidade:

Na época da clandestinidade a gente fazia um esforço, era uma regra para evitar problemas [...] de você não lembrar os nomes. A gente tinha codinomes e além desses procurávamos não lembrar os nomes porque se fôssemos presos era uma forma de preservar a luta. Eu considero que tenho dificuldades de lembrar os nomes, porque eu fiz tanto esses esquemas de não lembrar, quando volto à legalidade eu não consigo lembrar os nomes das pessoas³³.

Salienta ainda que: “depois que entrei na clandestinidade nunca mais tive contato com minha mãe. Para ter notícias, vinha de uma pessoa que passava para outra, depois para a outra. Para ter uma ideia, meu padrasto faleceu e só fiquei sabendo dois meses depois.”³⁴ Seu marido Divo, ao comentar da experiência de ambos, enfatiza: “a clandestinidade é uma coisa cruel, porque você não tem família, você não pode ter contanto com a família.”³⁵

Além destas questões, na clandestinidade as/os militantes viram seus cotidianos e vivências perpassados por regras e condutas. Derlei, por exemplo, ressalta como as organizações adentraram nos campos afetivos de seus integrantes. Conforme ela:

*A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual, diz um membro da direção. Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor a AP acima dos nossos interesses pessoais. A AP separou dezenas de casais e namorados.*³⁶

³² GUISONI, Divo. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 10 set. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

³³ GUISONI, Raquel Felau. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

³⁴ Idem.

³⁵ GUISONI, Divo. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 10 set. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

³⁶ LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 36-37.



Tendo ela própria de separar-se de seu namorado devido à militância, destaca como “essas separações afetivas, discutidas ‘politicamente’, foram umas das provas mais duras impostas pela direção aos militantes. Para controlar a tristeza, eu lia e fazia poesias, outros liam o livrinho vermelho de Mao Tse Tung”³⁷.

Colocar no papel suas vivências e experiências é dar sentido e visibilidade à sua própria história. Consciente de que falar é uma forma de resistência política, usando sua trajetória como ferramenta desta resistência Derlei, posteriormente, escreveu seu livro autobiográfico *No corpo e na alma*. Segundo ela:

Este livro foi uma catarse. Também foi uma necessidade. Cada pessoa que me conhece pergunta como foi a clandestinidade, quer saber da prisão e da experiência da nossa luta. [...] Dentro de 10 ou 20 anos nós morreremos. Quem se lembrará destes fatos se nós não colocarmos no papel? Se não assumirmos nossa história pátria, nossos erros, nossos acertos, quem o fará?³⁸

Reescrever o passado por meio de fontes orais ou escritas neste sentido apresenta-se como um modo para que os acontecimentos passados na ditadura sejam continuamente lembrados. Para Rago:

A memorização do vivido e a construção de um arquivo pessoal são modos de subjetivar-se que possibilitam o redimensionamento dos acontecimentos passados, o encontro de um lugar no presente, a criação de um espaço subjetivo próprio como um abrigo para instalar-se e organizar a própria vida, especialmente no caso das experiências traumáticas, como a da clandestinidade e a do confinamento na prisão. Permitem a afirmação do próprio nome³⁹.

³⁷ Idem, p. 37.

³⁸ Idem, p. 21.

³⁹ RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 157-158.



MATERNIDADE NA CLANDESTINIDADE

A maternidade fez parte das vivências de muitas mulheres que, rompendo vários estereótipos de gênero, se inseriram e participaram politicamente de organizações de esquerda contra a Ditadura Militar no Brasil. Sendo a maternidade parte da vivência de inúmeras mulheres e os ‘aspectos’ que a abarcam no pensamento social permeados por representações de gênero,⁴⁰ o modelo ‘tradicional’ de maternidade, segundo Trindade:

[...] implica em uma figura feminina responsável pela manutenção do vínculo familiar. Esta tarefa deve ter prioridade sobre suas necessidades pessoais, visto que é através da maternidade que se concretizará sua identidade como mulher. A ‘maternagem’ é vista, então, como o ideal feminino mais nobre e dignificante.⁴¹

Como já salientado, havia uma forte interferência das organizações de esquerda sob a vida pessoal dos/as militantes. Seu controle atingia suas vidas do namoro ao casamento e incluía a questão da gravidez, geralmente repudiada pelos dirigentes por considerarem-na mais um fator de risco e fragilidade para o grupo.⁴² Assim, para Ferreira, Nascimento e Veloso:

os elementos representacionais que configuravam o ser militante (projeto coletivo) se confrontavam com o ser mãe (projeto individual) e tornavam essas experiências permeadas por conflitos nos quais as organizações de esquerda se posicionavam indicando e/ou influenciando os caminhos a serem seguidos pelas militantes e pelos casais, já que tais projetos eram entendidos como excludentes⁴³.

⁴⁰ Entre algumas destas representações de gênero histórica, social e culturalmente construídas estão à mulher como um ser amoroso, devota ao lar, que se preocupa com o bem-estar dos filhos, etc.

⁴¹ TRINDADE Apud FERREIRA, Priscila von Randow; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa. A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. In: *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. 9. Ago.2010, p. 2. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277901_ARQUIVO_TrabalhocompletoFazgenero_Maternidadeenviado.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

⁴² Idem, p.5.

⁴³ Idem, p. 1-2.



Derlei, por exemplo, em sua narrativa realça a reação da Ação Popular ao saber de sua gravidez, destacando que mesmo contra os ditames da Organização ela, optou por ter seu filho:

A gravidez é um problema e uma esperança. É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso a aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho.⁴⁴

Raquel também enfatiza como se decidiu por ‘exercer’ sua maternidade. Em sua fala é possível apreender como ela estava consciente das orientações da AP quanto a não ter filhos, mas, ao ter sua primeira menina chamada Iracema, coloca que:

ficamos muito felizes com ela e mesmo com ela pequena nós resolvemos nos integrar. Era uma orientação de AP de a gente não ter filhos como uma forma de evitar alguns problemas. A gente sabe e posteriormente vocês conhecem muitas histórias de levar os filhos e prender a mulher e torturar na frente do marido e vice versa. No entanto a gente fez essa opção. Outros tinham a opção de quando se integrassem no campo de deixar os filhos com os pais, os avôs para cuidar. Mas nós resolvemos ter a nossa filha e dizer o seguinte: ‘onde nós estamos ela vai estar’. Então nós vamos estar juntos apesar de todos os problemas que possam se advir.⁴⁵

Para ela a orientação da AP “[...] tinha sua lógica, tinha uma fundamentação e quem não a seguia tinha que arcar com a responsabilidade. Mas isso a gente tinha.”⁴⁶ Deste modo, conhecedores dos ditames da AP, decidem ter uma segunda filha porque acreditavam que os filhos “[...] precisavam ter companhia no sentido da convivência e da educação ser a melhor. Foi planejado, não foi por acaso.”⁴⁷

Alejandra Oberti ao estudar a questão da maternidade na Argentina durante o regime militar afirma que:

⁴⁴ LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 193.

⁴⁵ GUISONI, Raquel Felau. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.



[...] la decisión que llevó a las militantes a intentar compatibilizar la militancia con la vida en pareja y la maternidad dan cuenta de una tensión indecible que, si bien no se resuelve en cada caso del mismo modo, implicó para muchas una superposición de actuaciones muchas veces incompatibles⁴⁸.

Estas questões também se aplicam para as mulheres aqui analisadas. Raquel, ao escolher ficar com a filha, procura conciliar militância e maternidade, mesmo sabendo que a ditadura utilizava as crianças durante as sessões de tortura. Derlei, por outro lado, vendo-se encurralada pelo sistema repressor⁴⁹, acaba entregando o filho Zé Paulo a uma senhora para esta levá-lo a sua mãe⁵⁰. Todavia, esta entrega do filho devido a sua militância e as atividades que nela exercia,⁵¹ não ocorreu sem conflitos, fato que ‘indica’ também que ela colocou a militância em primeiro lugar:

Saio dali sangrando, física e moralmente. Toda a angustia se converte em sangue. [...] Saio pela estrada sem a menor idéia de onde ir, sem rumo, sem documento, sem esperança. Não chorei. O coração estava paralisado. [...] Estremeço só de pensar no meu filho, com três meses de idade, nas mãos de pessoas desconhecidas. [...] Tento me convencer de que fiz o mais correto; comigo ele corria riscos. Podia ser presa a qualquer hora e não suportaria vê-lo ameaçado como Igor na Bahia. Argumentos racionais e lógicos importam muito pouco para uma mãe que teve de abandonar o próprio filho. Não

⁴⁸ OBERTI, Alejandra. Que Le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 17.

⁴⁹ Destaca-se que anteriormente (em 1969) Derlei havia sido presa e torturada pela Operação Bandeirante (OBAN). Em seu livro comenta as torturas a ela infligidas: “A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e o pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens gritando.” LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 81. Para uma análise da tortura em mulheres, especialmente as de cunho sexual e as representações do sistema repressivo sobre a mulher militante ver: JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.225-245.

⁵⁰ Tendo o sistema repressor descoberto seu paradeiro e prendido o marido (que não fazia parte da AP), Derlei vai ao hospital onde o filho nasceu com objetivo de entregar o menino à pediatra. No trajeto, porém, encontra uma senhora ‘de rosto conhecido’ e conforme ela afirma: “Lembro de Igor, na Bahia; da filha de Hilda no DOPS em São Paulo, e fico alucinada de medo de que aconteça algo com meu filho. Peço que, por favor, fique com meu filho, digo que meu marido foi preso e vou colocando o menino nos seus braços.” LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 221.

⁵¹ Derlei marcou os ‘pontos’ e contatos dos integrantes da AP durante quase um ano, o que favoreceu conhecer muitos deles. Estas seriam informações muito importantes para o sistema repressor caso ela fosse pega.



consegui me perdoar nunca, mesmo os companheiros e o psiquiatra dizendo que foi a atitude mais razoável. Era o filho do meu coração, com apenas três meses e nove dias de idade, frágil, magrinho, começando a tomar sopinha. [...] Os militantes eram educados a pensar em terceira pessoa para tornar mais fácil o entendimento e a aceitação das tarefas. Mas não raciocinam em terceira pessoa.⁵²

Tendo que se afastar do filho devido à militância, Derlei conta como depois de um ano em um encontro fortuito revê o menino. Segundo ela “esperava um bebê de três meses e chega um menino caminhado correndo, falando, nervoso, chamando pela avó. Não se emociona com essa mãe que não conhece, que nunca viu.”⁵³ Sem possibilidades de tê-lo consigo naquele momento, somente quando vai para o exílio alguns anos depois é que passa a dele ‘cuidar’.

Raquel destaca ainda as dificuldades por quais passou durante a clandestinidade. Tendo sua filha adoecido, ela relata como teve que viajar para a cidade mais próxima em busca de ajuda em ‘companhia’ de um homem que anteriormente havia delatado aos órgãos públicos as suas suspeitas⁵⁴ quanto a ela e seu marido serem militantes:

Imagine eu três ou quatro horas viajando num ônibus com o cara dedo duro que você não sabe o que o cara iria fazer e como fazer. Foi um dos momentos mais impactantes, mas parece que nessas horas a coragem aparece de uma forma que você acha impossível. Mas isso a gente consegue. Então decido parar antes da rodoviária porque teria idéia se ele ia descer atrás de mim e fui procurar um médico porque ela estava mesmo ruim.⁵⁵

⁵² LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002, p. 222-224.

⁵³ Idem, p. 273.

⁵⁴ Raquel ressalta na entrevista como em sua integração no interior do Paraná que ao tentar ajudar algumas pessoas da região, ela e o marido acabaram por ter problemas com um senhor que havia comentado a polícia local acerca de suas suspeitas quanto a ambos serem militantes. Segundo ela, chamados para ir à delegacia, porém, portando ambos carteiras de identidade falsas e ‘montando’ uma trajetória de vida coerente, acabaram por conseguir dissipar as suspeitas policiais. Todavia, este fato teria levado a decisão de posteriormente irem para outra cidade. GUISONI, Raquel Felau. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

⁵⁵ Idem.



Analisando sua militância ela afirma que a “visão que hoje faço é que era meio romântica e espontaneísta, porque nossa ideia era de que onde tinha luta tínhamos que estar sem ver as conseqüências muitas vezes. [...] A militância em primeiro lugar”⁵⁶.

Neste sentido, podemos perceber como Derlei e Raquel dispuseram suas vidas e assumiram arriscá-la em prol da militância política na Ação Popular, colocando-a acima do ‘exercício’ da maternidade. Questão esta que nos possibilita conhecer as relações de gênero que permearam as vivências destas mulheres. Gênero aqui entendido como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e gênero um primeiro modo de dar significado as relações de poder”⁵⁷.

Derlei e Raquel, por exemplo, ao colocarem a militância, domínio considerado masculino, acima da maternidade, atributo considerado feminino, acabaram revertendo os papéis históricos, cultural e socialmente atribuídos as mulheres. A análise da trajetória dessas militantes reforça a desconstrução do estereótipo da mulher dedicada ao lar, aos filhos, ou seja, da mulher como pertencente ao domínio privado, enfatizando as ações da mulher no domínio político. Todavia, como ressaltado por Raquel:

Na clandestinidade o Divo tinha suas coisas e eu tinha que ficar cuidando da casa das crianças, etc. Isso me deixava... Não me caía bem. Eu não me sentia confortável. Eu achava que não era por aí. No entanto, frente à realidade, o que a gente ia fazer. Naquele momento não dava. Ou dava condições para ele fazer ou não. Por que eu fazer... Sei lá, talvez se eu batesse o pé talvez pudesse mudar... Mas eu não tinha...⁵⁸

Esta fala nos permite inferir sobre os espaços, afazeres e fronteiras tidos ‘como de homens’ e ‘como de mulheres’; representações construídas cultural e socialmente, mas que propiciam também perceber como questionamentos em torno destes já começavam a se fazer

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre: v. 16, n. 2, p. 5-22, jul-dez., 1990, p. 14.

⁵⁸ GUISONI, Raquel Felau. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.



sentir pelas mulheres dentro das organizações de esquerda. Questionamentos estes que colocavam em pauta a mulher como sujeito histórico e político, um sujeito em luta por seus ideais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desafiando proposições historicamente construídas que relegavam as mulheres ao domínio público e ao exercício da maternidade, muitas foram às militantes que, durante o regime ditatorial que se sucedeu no Brasil no início da década de 1960, saíram à luta em busca de uma sociedade mais justa. Atritando-se a organizações de esquerda, estas mulheres adentraram o domínio político, espaço considerado masculino, em prol da mudança nos rumos do país.

Raquel Felau Guisoni e Derlei Catarina de Luca foram duas dessas mulheres. Integrando-se a Ação Popular, as duas catarinenses inseriram-se na militância política tendo suas vidas marcadas pela clandestinidade. Assim, tiveram que mudar seus nomes, afastaram-se de suas famílias, etc., e se reconstituíram em situações de grandes dificuldades.

Ambas vivenciaram ainda o controle da organização de esquerda em suas vidas. Controle que se imiscuía em suas afetividades e que as orientava a não ter filhos. Porém, plenamente conscientes de tais orientações, ambas foram contra estas proposições da AP e optaram pela maternidade. Cientes dos problemas e dificuldades que esta escolhas acarretavam (caso fossem pegas, o sistema repressor poderia usar as crianças no processo de tortura para fazê-las falar, etc.), Raquel e Derlei tiveram “[...] una maternidad decidida de manera consciente y, a la vez, una militancia también decidida y aceptada en todas sus consecuencias⁵⁹.

⁵⁹ OBERTI, Alejandra. Que Le hace el gênero a la memória? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 17.



Raquel e Derlei, assumindo essa dimensão política de sua militância, colocaram esta em primeiro lugar, relegando a maternidade a um segundo plano. Sujeitos históricos que fizeram suas próprias escolhas e enfrentaram as dificuldades advindas destas, cientes de seus atos e lutando por uma sociedade melhor, como asseverou Raquel “[...] se fosse necessário fazer tudo de novo, eu faria”⁶⁰.

FONTES

GUISONI, Divo. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 10 set. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

GUISONI, Raquel Felau. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

⁶⁰ GUISONI, Raquel Felau. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro*. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.



Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade – Josiély Koerich

FERREIRA, Priscila von Randow; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa. A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. In: *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. 9. Ago.2010, p. 1-8. Disponível em:< http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277901_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFazgeneroMaternidadeenviado.pdf >. Acesso em: 20 set. 2013.

JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.225-245.

LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

OBERTI, Alejandra. Que Le hace el gênero a la memória? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.13-30.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 156-173.

RIDENTE, Marcelo. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*, p. 1-25. Disponível em: < <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf> >. Acesso em: 22 set. 2013.



Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade – Josiély Koerich

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. In: Associação Brasileira de História Oral. *História Oral*, vol.8, nº 1, Recife: CNPQ, 2005.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade. In: *Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política*. 10. Recife, 2010, p.1-16. Disponível em:<http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre: v. 16, n. 2, p. 5-22, jul-dez., 1990.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p 138-155.

Recebido em 06 de novembro de 2013

Aceito para publicação em 18 de fevereiro de 2014

